



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI)

Aplicação: 29/07/2012

Duração da prova: 04 (quatro) horas

ECONOMISTA

INSTRUÇÕES

- O candidato receberá do fiscal:
 - o Um caderno de questões contendo 50 (cinquenta) questões objetivas de múltipla escolha com cinco (05) alternativas e uma única correta.
 - o Após 1 (uma) hora, um cartão de respostas personalizado.
- É responsabilidade do candidato certificar-se de que o nome do cargo informado nesta capa de prova corresponde ao nome do cargo informado no ato da inscrição.
- Ao início da prova, verifique, no caderno de questões, se a quantidade e a numeração das questões estão corretas.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer essa prova. Faça-a com tranquilidade, mas controle o seu tempo. Esse tempo inclui a marcação do cartão de respostas.
- Não será permitido ao candidato retirar-se da sala de prova antes de decorrida 1 (uma) hora do início dessa.
- O caderno de questões só poderá ser levado pelo candidato após decorridos 3 (três) horas do início da prova.
- O cartão de respostas NÃO poderá ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no cartão de respostas é cobrindo, fortemente, com caneta esferográfica azul (preferencialmente) ou preta, o espaço a ela correspondente, conforme exemplo a seguir:



- Os três (03) últimos candidatos de cada sala somente poderão retirar-se do local simultaneamente.
- Se você precisar de algum esclarecimento, solicite a presença do fiscal de sala.

PORTUGUÊS

Leia o texto abaixo para responder às questões de 01 a 10.

Governo quer proibir venda de horário na TV

O governo prepara decreto que muda a legislação de concessões de rádio e TV. Batizado de novo marco regulatório da radiodifusão, o projeto prevê o fim de um "mercado paralelo" no setor, informa Julio Wiziack. Uma das mudanças de maior impacto é a proibição do aluguel de canais e de horários da programação. A lei atual não coíbe a prática de forma explícita, o que gerou a proliferação de programas religiosos e comerciais. (Folha de São Paulo, ANO 92, Nº 30.377, 03 de junho de 2012)

01 A partir da leitura do texto acima, pode-se inferir que:

I A proliferação de programas religiosos e comerciais é consequência das brechas da legislação de rádio e TV.

II O mercado paralelo de que trata o texto é legalizado pela lei atual, mas pratica atos considerados ilegais.

III O governo prepara medidas a fim de fechar brechas da lei atual de rádio e TV.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, II, III.
- B) I e II.
- C) I e III.
- D) II e III.
- E) Apenas em III.

02 Em “A lei atual não **coíbe** a prática de forma explícita”, o verbo coibir nessa frase pode ser substituído adequadamente pelos sinônimos abaixo, **EXCETO**:

- A) Obstar.
- B) Reprimir.
- C) Punir.
- D) Pungir.
- E) Empecer.

03 O vocábulo **QUE** é um importante mecanismo de coesão referencial. Na organização e construção de um texto uma de suas funções é dar continuidade às ideias, evitando a repetição de referentes. No texto acima, esse elemento é um pronome relativo nas duas ocorrências, substituindo, respectivamente:

- A) O governo prepara decreto – forma explícita.
- B) Governo – prática.
- C) Decreto – prática.
- D) Decreto - forma explícita.
- E) Decreto – o.

04 Das assertivas abaixo, assinale a **INCORRETA**.

A) Em “...o **que gerou a proliferação...**”, vocábulo **o** é, morfológicamente, um pronome demonstrativo.

B) Em “**o que gerou a proliferação...**”, o verbo está flexionado na 3ª pessoa do singular para concordar com o sujeito **que**.

C) Os adjetivos **religiosos** e **comerciais**, sintaticamente, são adjuntos adnominais especificadores do substantivo **programas**.

D) O vocábulo **e** é conjunção coordenativa aditiva na duas primeiras ocorrências e conclusivo na terceira.

E) Flexionando no plural a sequência em destaque “...o **projeto prevê** o fim de um ‘mercado paralelo’”, obtém-se **os projetos preveem ...**

05 Uma das formas de realçar, destacar um termo que, na frase, desempenha a função de objeto direto é flexionar o verbo na voz passiva. Esse efeito pode ser conferido ao objeto destacado na frase “O governo prepara **decreto...**” através da seguinte estrutura sintática:

- A) Decreto é preparado...
- B) Decreto foi preparado...
- C) Decreto será preparado...
- D) Decreto tem sido preparado...
- E) Decreto está sendo preparado...

06 Percebe-se no texto a predominância da função da linguagem:

- A) Referencial.
- B) Metalinguística.
- C) Fática.
- D) Conativa.
- E) Emotiva.

07 Observe as orações:

I “O governo prepara decreto que muda a legislação de concessões de rádio e TV” (início do texto).

II Comprei um rádio novo para ouvir os jogos da copa.

Analizando as palavras destacadas, percebe-se, especificamente, um caso de:

- A) Homônimos homófonos.
- B) Homônimos perfeitos.
- C) Homônimos homógrafos.
- D) Parônimos.
- E) Antônimos.

08 Com relação à linguagem empregada no texto, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) Há predomínio da denotação.
- B) Não se percebe lirismo exacerbado.
- C) Está escrito em prosa.
- D) Se apresenta de forma objetiva.
- E) Predomina o discurso direto.

09 Analise a predicação do verbo destacado na oração “...o projeto prevê o fim de um ‘mercado paralelo’ no setor...” e assinale a oração que apresenta um verbo de mesma transitividade:

- A) O homem que trabalha vence na vida.
- B) Todo mundo necessita de trabalho.
- C) O candidato dormiu muito e se atrasou para a prova.
- D) O candidato comprou um gabarito falso.
- E) O candidato permanecia perplexo com aquela questão de verbo.

10 No texto, aparece a expressão “mercado paralelo”. Se tivéssemos os substantivos “**mercado**” e “**feira**”, estaria **ERRADA** a opção:

- A) Mercado e feira paralela.
- B) Mercado e feira paralelos.
- C) Mercado e feira paralelas.
- D) Feira e mercado paralelo.
- E) Feira e mercado paralelos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11 A economia é a ciência que busca compreender a forma pela qual as pessoas tomam suas decisões de produção e consumo. Partindo desse pressuposto, todas as alternativas são falsas, **EXCETO**:

- A) Se os indivíduos usarem racionalmente os recursos de que dispõem, é possível atender a todas as suas necessidades de maneira ilimitada.
- B) Os mercados são geralmente bons organizadores da atividade econômica e nunca falham.
- C) A economia como um todo pode produzir mais e melhor quando cada pessoa se especializa em uma tarefa, ou seja, quando amplia-se a produtividade.
- D) Bens econômicos são aqueles que são providos livremente pela natureza e não são negociados em mercados.
- E) O papel das famílias, no sistema econômico, é produzir as mercadorias necessárias a suprir as suas necessidades.

12 Os três problemas econômicos relativos a “o quê”, “como” e “para quem” produzir existem:

- A) Apenas nas sociedades de planejamento centralizado ou socialistas.
- B) Apenas nas sociedades de “livre empresa” ou capitalistas.
- C) Em todas as sociedades, não importando seu grau de desenvolvimento ou sua forma de organização política.
- D) Apenas nas sociedades “subdesenvolvidas”, uma vez que desenvolvimento é, grande parte, enfrentar esses três problemas.
- E) todas as respostas anteriores estão corretas.

13 Grande parte da demanda de produtos agrícolas dos Estados Unidos vem de outros países. No caso do trigo, a demanda total é expressa pela função $Q_d=3.244-283P$, a demanda nacional é dada por $Q_{dd}=1.700-107P$ e a oferta nacional é dada por $Q_o=1.944+207P$. Supondo que a demanda de exportação (Q_e) sofra uma queda de 40%, indique a alternativa verdadeira:

- A) A demanda de exportação é dada pela função $Q_e=1.544-390P$.
- B) O preço inicial de equilíbrio de mercado é dado por $P^*=\$2,65/\text{bushel}$.
- C) Após a queda na demanda de exportação, a demanda total é dada pela função $Q_d=Q_{dd}+1,6Q_e$.
- D) A esse novo patamar da demanda total, o novo preço de equilíbrio é dado por $P^*=\$1,61$ por bushel, e a quantidade de equilíbrio é $Q^*=2.281$ bushel.
- E) Devido a essa queda na quantidade e no preço, a receita cai de $\$6.609$ milhões para $\$3.781$ milhões.

14 Se o produto X é um bem normal, e o produto Y é um bem inferior, um aumento da renda do consumidor provavelmente:

- A) Aumentará a quantidade demandada de X, enquanto o de Y permanecerá constante.
- B) Aumentará simultaneamente os preços dos produtos X e Y.
- C) Diminuirá a demanda de Y e aumentará a demanda de X.
- D) Diminuirá a demanda dos bens X e Y.
- E) Todas as alternativas anteriores estão erradas.

15 Em relação à demanda, oferta e situações de mercado, é correto afirmar:

- A) O preço do produto, de seus substitutos e de seus complementares afeta diretamente a demanda.
- B) A oferta é diretamente influenciada pela renda e o crédito ao consumidor.
- C) O equilíbrio é a situação de mercado em que o preço cobrado pelos ofertantes é superior ao preço aceito pelos demandantes.
- D) Na situação de excedente, a quantidade demandada é maior que a quantidade ofertada.
- E) A escassez representa a situação de mercado na qual sobram mercadorias.

16 Suponhamos que um fabricante de cadeiras esteja produzindo a curto prazo, situação em que o equipamento é fixo. Sabendo-se que, à medida que o número de funcionários (L) utilizados no processo produtivo eleva-se de 1 para 7, o número de cadeiras produzidas (Q) varia de acordo com a sequência 10, 17, 22, 25, 26, 25 e 23, indique a alternativa verdadeira:

- A) Para $L=2$, $PM_e=6\frac{1}{4}$ e $PM_g=7$
- B) Para $L=3$, $PM_e=7\frac{1}{3}$ e $PM_g=-2$
- C) Para $L=2$, $PM_e=4\frac{3}{4}$ e $PM_g=-1$
- D) Para $L=3$, $PM_e=7\frac{1}{3}$ e $PM_g=5$
- E) Para $L=2$, $PM_e=8\frac{1}{2}$ e $PM_g=-1$

17 Um fabricante de cadeiras contrata sua mão-de-obra para a linha de montagem por \$22/hora e calcula que o aluguel de suas máquinas seja \$110/hora. Suponhamos que uma cadeira possa ser produzida utilizando-se 4 horas entre tempo de trabalho (L) e de máquina (K), sendo possível qualquer combinação entre os insumos. Se a empresa estiver utilizando atualmente 3 horas de trabalho para cada hora de máquina, indique a opção **FALSA**:

- A) A inclinação da isoquanta é -1.
- B) A linha de isocusto $CT=22L+110K$.
- C) O ponto de minimização de custo é uma solução em que $L=4$, $K=0$ e $CT=88$.
- D) Os pontos de interseção com os eixos são $K=4$ e $L=4$.
- E) Todas as alternativas são falsas

18 Sobre as estruturas de mercado, marque a alternativa **FALSA**:

- A) Na concorrência perfeita, o demandante tem o mesmo poder de barganha que o ofertante por isso não pode determinar o preço da mercadoria.
- B) Na concorrência monopolística, há diferenciação dos produtos e, por esse motivo, os preços divergem significativamente.
- C) No oligopólio, os produtos podem ser homogêneos ou diferenciados.
- D) Todo oligopólio é um tipo de cartel.
- E) No oligopólio, existe a figura da empresa-líder.

19 O oligopólio é uma estrutura de mercado assim caracterizada:

- A) Algumas empresas competem entre si; inexistência barreiras à entrada; as estratégias empresariais consideram a reação dos concorrentes; produtos homogêneos e diferenciados.
- B) Algumas empresas competem entre si; existência barreiras à entrada; as estratégias empresariais consideram a reação dos concorrentes; produtos homogêneos e diferenciados.
- C) Algumas empresas competem entre si; existência barreiras à entrada; as estratégias empresariais consideram a reação dos concorrentes e produtos diferenciados.
- D) Algumas empresas competem entre si; existência barreiras à entrada; as estratégias empresariais consideram a reação dos concorrentes e produtos homogêneos.
- E) Algumas empresas competem entre si; as estratégias empresariais não consideram a reação dos concorrentes; produtos homogêneos e diferenciados.

20 O monopólio é uma estrutura de mercado caracterizada por:

- A) Único produtor/vendedor de um determinado produto e poder de influenciar o preço.
- B) Único produtor/vendedor de um determinado produto e tomador de preço.
- C) Único produtor/vendedor de um determinado produto e mobilidade de fatores de produção.
- D) Único produtor/vendedor de um determinado produto e uso de estratégias de acordo com a reação dos concorrentes.
- E) Único produtor/vendedor de um determinado produto e poder de mercado ilimitado.

21 Acerca da teoria monetária, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) O surgimento da moeda é consequência da divisão do trabalho e da evolução das trocas.
- B) Liquidez é capacidade de um ativo transformar-se em moeda.
- C) Imóveis, gado e soja são exemplos de mercadorias que tomam a forma de moeda na atualidade.
- D) A demanda de moeda depende dos fatores transação, precaução e especulação.
- E) A oferta monetária é determinada pelas famílias e empresas.

22 Considerando o quadro de coeficientes técnicos de produção abaixo, assinale a opção verdadeira:

PAÍS	AÇO (H/T)	SUCO DE LARANJA (H/T)
Brasil	2	3
Estados Unidos	5	4

- A) Os Estados Unidos da América (EUA) detêm menor desvantagem em aço que em suco de laranja.
- B) O Brasil possui maior vantagem em suco de laranja que em aço.
- C) O Brasil deverá produzir suco de laranja.
- D) Os Estados Unidos deverão produzir aço.
- E) O Brasil possui vantagens absolutas em aço e suco de laranja.

23 Com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil ampliou as vendas de suco de laranja, açúcar e carnes. Assinale, então, a que tipos de barreiras ao comércio internacional estavam sujeitos esses produtos, respectivamente:

- A) Dumping, barreiras tarifárias e barreiras ecológicas.
- B) Subsídios, cotas de importação e *dumping*.
- C) Barreiras tarifárias, cotas de importação e barreiras sanitárias.

D) Barreiras sanitárias, barreiras quantitativas e subsídios.

E) Barreiras técnicas, restrições quantitativas e barreiras políticas.

24 Em relação à economia internacional, marque a alternativa correta:

A) De acordo com as teorias das vantagens absolutas, cada país deveria se especializar na produção e no comércio dos produtos nos quais o tempo de trabalho fosse inferior ao de seus concorrentes.

B) O custo de oportunidade de produção é considerado na teoria das vantagens absolutas.

C) As exportações são mais importantes que as importações para a economia de um país.

D) As medidas protecionistas visam garantir um comércio livre e igualitário entre os países.

E) Atualmente, no Brasil, vigora a taxa de câmbio do tipo fixa.

25 Os objetivos de política econômica são crescimento da produção, aumento do emprego, controle da inflação, equilíbrio das contas externas e distribuição de renda. Sobre os instrumentos de política econômica, é **INCORRETO** afirmar:

A) Os instrumentos são política fiscal, monetária, cambial e de renda.

B) A política fiscal tem por único objetivo aumentar a tributação em favor do governo.

C) Quando o governo aumenta os gastos públicos, trata-se de uma política restritiva (ou contracionista).

D) Quando o governo decide vender títulos no mercado financeiro, trata-se de uma política expansionista.

E) No Brasil, predominam os impostos do tipo progressivo.

26 A política monetária e a política fiscal diferem, essencialmente, pelo seguinte fato:

A) A política monetária procura estimular ou desestimular diretamente o investimento e o consumo por parte das empresas e famílias, enquanto a política fiscal funciona diretamente sobre as rendas por meio da tributação e dos gastos públicos.

B) A política fiscal procura estimular ou desestimular o investimento e o consumo por parte das empresas e famílias, enquanto a política monetária funciona diretamente sobre as rendas, por meio da tributação e dos gastos públicos.

C) A política monetária trata dos recursos totais arrecadados e dos gastos do Governo, enquanto a política fiscal trata das taxas de juros.

D) Não há diferenças substantivas entre as duas políticas, uma vez que os objetivos e os instrumentos utilizados são os mesmos.

E) Todas as alternativas acima estão erradas.

27 Para reduzir o volume dos meios de pagamento, o Banco Central (BACEN) deve:

A) Comprar títulos da dívida pública.

B) Elevar a emissão de papel-moeda.

C) Elevar a taxa de redesconto.

D) Reduzir a reserva compulsória dos bancos comerciais.

E) Reduzir a taxa de juros.

28 O Banco Central (BACEN), órgão responsável pela política monetária, tem como objetivo regular o montante de moeda, crédito e as taxas de juros, de forma compatível com o nível de atividade econômica. São suas funções, **EXCETO**:

A) Controle e regulação da oferta da moeda.

B) Fiscalização das instituições financeiras estrangeiras.

C) Execução da política monetária.

D) Controle das operações com moeda estrangeira.

E) Controle das ações emitidas pelas empresas que operam na Bolsa de Valores.

29 Analise as afirmações abaixo e indique a opção verdadeira:

A) No regime de bandas cambiais, o Banco Central fixa os limites superior e inferior, dentro dos quais a taxa de câmbio pode flutuar.

B) O câmbio fixo não sofre nenhuma alteração, enquanto o câmbio flutuante se altera de acordo com a política econômica do Governo.

C) O câmbio fixo não sofre nenhuma alteração, enquanto o câmbio flutuante se altera de acordo com as flutuações do mercado cambial.

D) No regime de flutuação suja, o Governo vende divisas quando seu objetivo é elevar a taxa de câmbio.

E) No regime de flutuação suja, o Governo compra divisas quando seu objetivo é fazer a taxa de câmbio cair.

30 Em relação aos regimes cambiais, uma das afirmativas a seguir é **FALSA**. Identifique-a:

A) Um dos importantes instrumentos utilizados para controle da inflação tem sido a valorização cambial para estimular a compra de produtos importados, elevando a concorrência com os nacionais, o que provoca uma pressão pela queda dos preços internos.

B) As taxas fixas de câmbio independem da oferta e demanda de divisas; já as taxas de câmbio flutuantes são determinadas pelo mercado de divisas. A variação real da taxa de câmbio depende da taxa de câmbio fixa, inflação interna (preços domésticos) e inflação externa (preços internacionais).

C) As desvalorizações cambiais tendem a estimular as exportações e a desestimular as importações.

D) A política cambial adotada, na maioria dos países, é chamada flutuação suja (*dirty floating*), na qual é adotado o regime de câmbio flutuante, com o mercado de divisas determinando a taxa de câmbio,

mas com intensa atuação do Banco Central que, através da venda e compra, procura mantê-la em níveis relativamente estáveis.

E) A valorização cambial é um instrumento adequado para controlar a inflação e possibilitar melhoria de eficiência produtiva, mas representa um custo tanto para o setor exportador, que perde mercado internacional pelo maior preço relativo de seu produto, quanto para os setores protegidos, que passaram a sofrer concorrência dos importados.

31 As funções econômicas do Setor Público são:

A) Alocativa, distributiva, estabilizadora e neutralizadora.

B) Alocativa, distributiva, estabilizadora e financiadora.

C) Alocativa, distributiva, estabilizadora e cambial.

D) Alocativa, distributiva, arrecadadora e regulatória.

E) Alocativa, distributiva, estabilizadora e regulatória.

32 A atuação do governo no mercado justifica-se com o objetivo de eliminar as chamadas distorções alocativas e distributivas e promover a melhoria do padrão de vida da coletividade. Em relação à interferência governamental, estas assertivas são verdadeiras, **EXCETO**:

A) O mercado sozinho não promove a perfeita distribuição de renda, pois as empresas estão preocupadas em maximizar seu lucro, e não com questões distributivas.

B) A atuação sobre a formação de preços, via impostos, subsídios, fixação de salário mínimo, tabelamentos, interfere no sistema de preços, visando seu reequilíbrio.

C) O fornecimento de serviços públicos é necessário nos setores pelos quais a iniciativa privada não se interessa ou o faz de modo insuficiente.

D) As políticas de transferência de renda são necessárias para garantir o acesso ao consumo

às aquelas classes sociais excluídas do mercado de trabalho.

E) O governo deve deixar livre o mercado, sem qualquer interferência.

33 A respeito de finanças públicas, informe a opção verdadeira:

A) As contas públicas sofreram uma mudança significativa em 1999, depois de vários anos consecutivos de piora do resultado primário.

B) O efeito de desvalorização de 1999 sobre a dívida total do setor público foi um aumento de 1% do Produto Interno Bruto (PIB).

C) Mesmo se o déficit nominal do setor público tivesse se mantido em 8% do PIB em 1999, seu efeito real teria sido muito menor que o de 1998, devido ao aumento da inflação, que afetou o resultado operacional.

D) Os estados e municípios experimentaram uma melhora primária de mais de 1% do PIB entre 1998 e 1999.

E) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

34 Qual das afirmações **NÃO** corresponde a uma descrição da evolução da dívida pública no Brasil desde 1980?

A) A dívida líquida do setor público chegou a ser de mais de 50% do PIB, em meados da década de 1980.

B) Em alguns anos, o acúmulo de créditos domésticos tornou negativa a dívida interna líquida do governo federal.

C) De um modo geral, a partir de meados da década de 1980 e até meados dos anos 1990, a dívida externa líquida do setor público foi perdendo importância relativa.

D) O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) representa uma dívida do governo federal.

E) Todas as respostas estão corretas.

35 Sobre o Plano Plurianual (PPA), assinale a opção correta:

A) Estabelece, para o país, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal.

B) Tem como finalidade principal orientar a elaboração dos orçamentos fiscais, da seguridade social e de investimento do poder público.

C) O Presidente da República governa o país, durante o primeiro ano de mandato, com o PPA aprovado por seu antecessor.

D) Qualquer investimento considerado relevante sob a ótica econômica somente poderá ser iniciado se estiver contemplado no PPA, mesmo que tenha de ser executado integralmente dentro de um mesmo exercício financeiro.

E) É doutrinariamente conhecido como o planejamento operacional de médio prazo da administração pública brasileira.

36 Com relação à Lei Orçamentária Anual (LOA), é **FALSO** afirmar:

A) Pode-se conceituar orçamento como um ato em que se estabelece a previsão de receitas e fixação de despesas para um determinado período, autorizado pelo Legislativo através de Lei e de execução obrigatória para todos os poderes do Estado.

B) O orçamento deve ser elaborado e autorizado para um exercício financeiro, coincidente com o ano civil.

C) O objetivo do orçamento público é a realização do controle da arrecadação de receitas e dos gastos do poder público.

D) De acordo com a Lei nº 4.320/64, a LOA conterà a discriminação financeira da receita e despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.

E) Entendendo o Poder Legislativo que a receita prevista estimada pelo Poder Executivo pode ser diferente, poderá

reestimá-la, independentemente de comprovação de erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

37 Sobre os princípios orçamentários é **INCORRETO** afirmar:

A) Segundo o princípio da unidade, cada esfera administrativa deve possuir apenas um orçamento para cada exercício financeiro.

B) De acordo com o princípio da exclusividade, o orçamento deve conter todas as receitas e despesas referentes aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

C) Conforme o princípio do equilíbrio, em cada exercício financeiro, o montante da despesa não deve ultrapassar a receita prevista para o período.

D) Segundo o princípio da não-afetação, é vedada a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundos ou despesas, exceto aquelas que a própria Constituição determina.

E) Em relação ao princípio da especificação, as despesas devem ser classificadas de forma detalhada, para facilitar sua análise e compreensão, expressando o planejamento físico e financeiro das ações governamentais.

38 Considerando-se as assertivas abaixo:

I Os objetivos da política econômica desenvolvida pelos países ocidentais ao longo do século XX, independentemente das diferentes estruturas institucionais que lhes sejam subjacentes, convergem para o trinômio crescimento, estabilidade e repartição.

II A introdução de mudanças significativas no perfil da repartição da renda e da riqueza entre indivíduos e a atenuação dos desníveis regionais são objetivos passíveis de execução no curto prazo, desde que seja adotada uma política econômica agressiva de melhoria ou expansão da disponibilidade estrutural de recursos.

III A estabilidade econômica é um objetivo de política econômica que se relaciona à manutenção dos níveis de emprego, à estabilidade de preços e ao equilíbrio das transações econômicas com o exterior.

Está correto o que se afirma em:

- A) I.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) I e III.
- E) I, II e III.

39 Sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e seus objetivos, é **INCORRETO** afirmar:

- A) Visa aumentar o investimento em infraestrutura do país.
- B) Propõe o estímulo ao financiamento e ao crédito, e a melhora do ambiente de investimentos.
- C) Busca promover a desoneração e o aperfeiçoamento do sistema tributário.
- D) Estabelece a adoção de medidas fiscais de longo prazo.
- E) Pode ser compreendido como um plano de desenvolvimento do país, dado o caráter amplo de suas medidas.

40 Em relação às abordagens de crescimento e desenvolvimento econômico, é correto afirmar:

- A) São entendidos como sinônimos, e a medida mais adequada é o cálculo do PIB.
- B) Os níveis comparativos de desenvolvimento econômico em termos de investimento podem ser medidos através da Paridade do Poder de Compra (PPC).
- C) O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) constitui um importante indicador, pois substitui as medidas do PIB e PPC.
- D) Desenvolvimento econômico é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários e do padrão médio de vida da população.
- E) O cálculo do IDH leva em consideração a concentração de renda, medida pelo índice de Gini.

LEGISLAÇÃO/DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

INSTRUÇÃO: leia atentamente os textos I e II, abaixo, e responda a questão 1.

TEXTO I

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 estabelece que “ a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**. 45. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011. Coleção Saraiva de Legislação, p. 154).

TEXTO II

Segundo o constitucionalista José Afonso da Silva, “ o art. 205 contém uma declaração fundamental que [...] eleva a educação ao nível dos direitos fundamentais do homem. Aí se afirma que *a educação é direito de todos*, com o que esse direito é informado pelo princípio da universalidade. Realça-lhe o valor jurídico por um lado, a cláusula – *a educação é dever do Estado e da família* –, constante do mesmo artigo, que completa a situação jurídica subjetiva, ao explicitar o titular do dever, da obrigação, contraposto àquele direito. Vale dizer: todos têm o direito à educação e o Estado tem o dever de prestá-la, assim como a família”. (SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 33. ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. Malheiros, 2009, p. 312).

41 A partir da leitura dos textos I e II e com base nos conhecimentos sobre os dispositivos da CF/88 que tratam sobre educação, podemos afirmar que:

A) Segundo a Constituição Federal de 1988, o ensino em nosso país será ministrado com base em vários princípios. Entre esses, podemos arrolar a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

B) A Carta Magna estabelece que o dever do Estado com a educação básica será efetivado mediante a seguinte garantia: educação obrigatória e gratuita dos 7 (sete) aos 20 (vinte) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita na educação profissional e tecnológica para todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.

C) A CF/88, dispõe que a educação, como direito de todos e dever do Estado e da família, deverá ser assegurada através do atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede de escolas para portadores de necessidades especiais; da progressiva universalização do ensino médio gratuito e da expansão da educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 6 (seis) anos de idade.

D) O atendimento a todos os alunos matriculados nas várias etapas da educação profissional e tecnológica e do ensino superior, por meio de programas suplementares de doação de material didático-escolar e alimentação, transporte gratuito e assistência integral à saúde, bem como o incentivo ao acesso de todos os professores aos níveis mais elevados da pesquisa científica e tecnológica são garantias constitucionais dispostas na CF/88.

E) Segundo a Constituição Cidadã, o ensino, em seus vários níveis e modalidades, será ministrado com base nos princípios da garantia de padrão de qualidade e do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, vedando a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

42 A vedação à acumulação remunerada de cargos públicos tem sua fundamentação constitucional prevista no art. 37 da Constituição Federal, com redação dada pelas Emendas Constitucionais nº 19/98 e 20/98. Senão vejamos:

CF/88, Art. 37, XVI: é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, [...]:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Com relação à acumulação remunerada de cargos públicos, Filho (2009) assevera que:

“ [...] Se o servidor acumula remuneradamente cargos [...] públicos, a sua situação encerra violação ao estatuto constitucional. Uma vez consumada tal situação, é de se perguntar quais os efeitos que dela provêm. Adequada solução é a concebida pela Lei nº 8.112/90, pertinente aos servidores públicos federais.” (FILHO, José dos santos Carvalho. **Manual de Direito Administrativo**. 22 ed. Revista, ampliada e atualizada. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2009, p. 627).

A partir das informações acima, sobre as regras constitucionais e legais acerca da acumulação de cargos públicos, assinale a alternativa correta:

- A) Segundo prescreve a Lei 8.112/90, detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos públicos, a autoridade máxima do órgão notificará o servidor para apresentar opção no prazo de 30 dias, contados da data da ciência, prorrogados por mais 30 dias.
- B) A norma constitucional (CF/88) ao mesmo tempo em que proíbe a acumulação remunerada de cargos públicos, admite a acumulação lícita

apenas nos cargos de professor ou enfermeiro, desde que haja compatibilidade de horários.

C) O dispositivo legal (Lei 8.112/90) sobre acumulação de cargos públicos, prevê que na hipótese de omissão do servidor à notificação para apresentar opção, no prazo de 30 dias, a chefia imediata do servidor adotará procedimento de sindicância disciplinar para apuração.

D) A Constituição Federal de 1988 admite a acumulação remunerada de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários, em algumas situações que expressamente menciona.

E) Segundo o dispositivo da Lei 8.112/90 sobre acumulação de cargos públicos, se ficar provada a boa-fé do servidor na acumulação proibida, deve ele optar pelo cargo mais antigo, sendo obrigado a restituir ao erário o que tiver percebido indevidamente nos dois cargos.

43 No que diz respeito às disposições constitucionais sobre as regras para investidura em cargo, emprego ou função pública, **NÃO** é correto afirmar que:

A) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego.

B) As nomeações para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, dependem da aprovação do servidor comissionado em exame de proficiência em gestão pública.

C) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

D) Os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

E) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

44 Leia os trechos do retângulo abaixo, sobre dispositivos da Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:

Conforme disposto no parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais são instituições detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O artigo 17 da Lei nº 11.892/2008 tutela a constituição do patrimônio de cada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Considerando os dispositivos legais acima referidos, analise as afirmativas abaixo sobre a natureza jurídica e as formas de constituição do patrimônio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI):

I O IFPI é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

II O patrimônio do IFPI é constituído, também, pelos bens e direitos que compunham o patrimônio do antigo CEFET-PI, os quais ficaram automaticamente transferidos com reservas ou condições ao IFPI.

III O patrimônio do IFPI é constituído, também, pelos bens e direitos que o IFPI vier a adquirir.

IV O IFPI é uma empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia (MEC).

V O patrimônio do IFPI é constituído apenas pelos bens e direitos que compunham o patrimônio do antigo CEFET-PI e pelas doações ou legados que receber.

VI O IFPI tem natureza jurídica de fundação pública federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

VII O patrimônio do IFPI é constituído, também, por incorporações que resultem de serviços por ele realizado.

VIII O patrimônio do IFPI é constituído, ainda, pelos bens e direitos obtidos a partir dos recursos adquiridos após a alienação de bens móveis e imóveis inservíveis, sendo vedado o recebimento de legados.

Está correto o que se afirma em:

A) I, II e VI, apenas.

B) I, III e VII, apenas.

C) II, III, IV e VII, apenas.

D) II, IV, V e VIII, apenas.

E) III, V, VII e VIII, apenas.

45 Provimento é o ato praticado pela autoridade competente de cada Poder com vistas a promover o ingresso, dar posse e exercício, e a movimentação do servidor público ocupante de cargo público (DINIZ, Paulo de Matos Ferreira. **Lei 8.112/90 Comentada**. 10 ed. Atualizada e Revisada. São Paulo: Editora Método, 2009, p. 99).

Sobre as formas de provimento de cargo público, conforme a Lei 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e suas fundações públicas federais, analise as afirmativas abaixo e assinale V (verdadeiro) ou F (falso):

I () A nomeação em cargo em comissão far-se-á em caráter efetivo quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira, independente de prévia habilitação do servidor em concurso público de provas ou de provas e títulos.

II () A promoção interrompe o tempo de exercício do serviço público, que é contado a partir do novo posicionamento na carreira após a data de publicação da Portaria que promover o servidor.

III () A posse, como uma forma de provimento de cargo por nomeação, deverá ocorrer no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da publicação do ato de nomeação, não podendo ser realizada mediante procuração específica.

IV () A readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

V () Uma das modalidades de remoção do servidor é a denominada remoção a pedido, para outra localidade, independente do interesse da Administração, para acompanhar cônjuge,

também servidor público que foi deslocado a pedido, a critério da Administração.

VI () A reversão é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

Assinale a sequência correta:

A) V, V, F, F, F, V

B) V, F, F, F, V, V

C) F, F, F, V, F, F

D) F, F, F, V, V, F

E) F, V, V, V, F, V

46 Dissertando sobre os procedimentos apuratórios das faltas disciplinares no serviço público, Costa (2010) assevera que

“ A simples notícia de ocorrências disciplinares não é o bastante para que se aplique, com juridicidade, a reprimenda respectiva, conforme previsão do regulamento. A legítima repressão disciplinar requer bem mais que isso. Exige que a transgressão funcional e sua autoria sejam devidamente apuradas em procedimento regular. É essa a garantia resultante do publicístico princípio do devido processo legal, o qual enuncia que toda e qualquer medida punitiva deve ser precedida da necessidade apuração, em que se tenha assegurado ao acusado oportunidade de ampla defesa [e do contraditório]. “ (COSTA, José Armando. **Processo administrativo disciplinar – Teoria e prática**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 89).

Neste sentido, em matéria de regime disciplinar no serviço público federal, o art. 127 da Lei 8.112/90 prevê que

“ São penalidades disciplinares:

I - advertência;

II - suspensão;

III - demissão;

IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

V - destituição de cargo em comissão;

VI - destituição de função comissionada.”

Assinale a alternativa correta sobre a aplicação das penalidades no caso de cometimento por servidor público de infração disciplinar, conforme previsto nos dispositivos legais do Título IV da Lei 8.112/90 (Do Regime Disciplinar):

A) “Ao servidor é proibido retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição “

(inciso II, do art. 117, da Lei 8.112/90). Neste caso, a penalidade a ser aplicada é a de suspensão, não podendo exceder a 60 (sessenta) dias.

B) Ao servidor público que utiliza seu “cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública” (inciso IX, do art. 117, da Lei 8.112/90), a penalidade a ser aplicada é a de destituição de cargo em comissão ou função comissionada por um período de, no máximo, 90 (noventa) dias.

C) Ao servidor público é proibido opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço (inciso IV, do art. 117, da Lei 8.112/90). Neste caso, a penalidade a ser aplicada é a de advertência verbal da chefia imediata do servidor.

D) A demissão do serviço público ou cassação de aposentadoria serão aplicadas nos casos de crime contra a administração pública (inciso I, art. 132, da Lei 8.112/90), prática de usura sob qualquer de suas formas (inciso XIV, do art. 117, da Lei 8.112/90) e promoção de manifestação de apreço ou despreço no recinto da repartição (inciso V, do art. 117, da Lei 8.112/90).

E) Nos casos de “inassiduidade habitual” (inciso III, do art. 132, da Lei 8.112/90) e “ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem” (inciso VII, do art. 132, da Lei 8.112/90), a penalidade a ser aplicada será a de demissão.

47 O art. 8º da Lei 11.091/2005 (que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação) estabelece as “atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira, sem prejuízo das atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações.”

Sendo assim, responda: são atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, **EXCETO**:

A) Executar atividades gerais e não-afins ao cargo, organizadas a partir das necessidades das Instituições Federais de Ensino, independente de desvio de função.

B) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino.

C) Executar tarefas específicas, a fim de assegurar a eficiência e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas Instituições Federais de Ensino.

D) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino.

E) Executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha.

48

Deontologia: O estudo dos princípios, fundamentos e sistemas de moral. Tratado de deveres (*Dicionário Aurélio Buarque*).

Deontologia: Ciência dos deveres (*Dicionário Caldas Aulete*).

Sobre as regras deontológicas dispostas no capítulo I do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/94), **NÃO** é correto afirmar que:

A) A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.

B) A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos, direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência em fator de legalidade.

C) O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto.

D) A moralidade da Administração Pública se baseia na distinção entre o bem e o mal, não devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. Ademais, mesmo havendo desequilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, a moralidade do ato administrativo sempre será estabelecida.

E) O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente. Os repetidos erros, o descaso e o acúmulo de desvios tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e caracterizam até imprudência no desempenho da função pública.

49 O Regimento Interno Geral do Instituto Federal do Piauí (IFPI) é um manual que descreve, de forma estruturada e sistemática, as descrições sumárias e as competências das unidades organizacionais pertencentes à estrutura organizacional, conforme estrutura organizacional aprovada pela Resolução nº 019/CONSUP e Portaria da Reitoria nº 1203, de 24/11/2011, publicadas no Boletim de Serviço – Edição Extra nº 04, de 24/11/2011. (IFPI. **Regimento Interno Geral**: Resolução n 020/2011 – CONSUP. Teresina: IFPI, 2011, p. 4).

Com relação à estrutura organizacional do Instituto Federal do Piauí (IFPI), analise os itens abaixo:

I A administração do IFPI é composta unicamente pela Reitoria e pelas Pró-Reitorias, com a colaboração dos órgãos superiores, colegiados e demais unidades organizacionais consultivas vinculadas à Reitoria.

II A Auditoria Interna Geral do IFPI é a unidade organizacional de controle interno, responsável por assistir aos gestores do IFPI quanto às matérias que, no âmbito de sua atuação, sejam concernentes à defesa do patrimônio público e fortalecimento da gestão, por meio de atividades de auditoria, correição, controladoria e ouvidoria.

III O Conselho Superior do IFPI (CONSUP) é o órgão superior consultivo e de apoio ao processo decisório da Reitoria, em matérias e assuntos com abrangência para o IFPI na capital e no interior do estado.

IV A Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos (CIS/PCCTAE) é a unidade organizacional de assessoramento dos diretores gerais dos campi para a formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal técnico-administrativo do IFPI.

V O Colégio de Dirigentes do IFPI (COLDIR), de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão superior colegiado máximo de apoio ao processo decisório

dos diretores gerais dos campi, em matérias relativas à gestão pública.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, III e V, apenas.
- B) II, IV e V, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, apenas.
- E) II, apenas.

50 A Resolução nº 1, de 31 de agosto de 2009 (publicada no Diário Oficial da União nº 168, de 02/09/2009, p. 20), que aprova o Estatuto do Instituto Federal do Piauí, estabelece em seu art. 3º que a atuação do IFPI ocorra com base na observância de vários princípios norteadores.

Sendo assim, analise os itens abaixo:

I Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática.

II Horizontalização do ensino e sua integração direta com os órgãos do Sistema “S” (SESI, SENAI, SEBRAE, SENAC e SEST/SENAT).

III Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão de conhecimento científico, tecnológico, artístico-cultural e desportivo e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais.

IV Inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas.

V Natureza filantrópica, confessional e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União e dos municípios-sede de seus campi.

VI Coexistência e cooperação de órgãos ou instituições públicas e privadas de ensino na gestão compartilhada de sua estrutura organizacional multicampi.

Dessa forma, responda: considerando o art. 3º do Estatuto do IFPI, **NÃO** são princípios que norteiam a atuação do Instituto Federal do Piauí:

- A) Os contidos nos itens I, II e V, apenas.
- B) Os contidos nos itens II, III e VI, apenas.
- C) Os contidos nos itens II, V e VI, apenas.
- D) Os contidos nos itens III, IV e V, apenas.
- E) Os contidos nos itens IV, V e VI, apenas.

